

Covas admite que sai cara defesa dos 4 anos

Mas ele avisa que não desiste: "Não tive 7,8 milhões de votos para pendurar na parede"

MILA PETRILLO



Gibson, Oliveira, Barbosa: os relatores passaram o sábado e o domingo trabalhando no anteprojeto

PFL confirma sua força em Pernambuco

Recife — Mais de 200 pessoas, entre prefeitos, deputados estaduais, constituintes e lideranças políticas locais, estiveram reunidas com o presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, para uma avaliação do quadro partidário do estado e da situação do partido com vistas às eleições do próximo ano. A reunião foi na granja do empresário Inaldo Guerra, no município de Gravatá. Pelo número de participantes, entre os quais o ex-governador Roberto Magalhães, foi um dos maiores encontros promovidos pelos pefelistas este ano. A reunião do PFL, classificada pelos peemedebistas como um "índice claro" da instalação de "um governo paralelo" no estado, serviu também para que os prefeitos apresentassem ao presidente do partido um quadro da situação dos seus municípios.

Um desses prefeitos, João Tenório, de São Joaquim do Monte, se deslocou até Gravatá para pedir a Maciel a intervenção do Ministério dos Transportes para obras de recapeamento da rodovia que passa em seu município.

VILACA
O presidente da Legião Brasileira de Assistência, Marco Vinicius Vilaca, classificou ontem, na cidade de Gravatá — agreste pernambucano — de "emocionalmente do PMDB" as acusações do líder daquele partido na Assembleia Legislativa, Marcus Cunha, de que a entidade estaria promovendo, com o aval do ministro do Interior e da Presidência do PFL, um "governo paralelo" no estado.

Em sua opinião, não procedem as afirmações de que se estaria liberando recursos para o combate à chamada "seca verde" diretamente aos prefeitos do interior, passando por cima da Sudene, como foi dito pelos peemedebistas.

O combate à seca não é feito, nem nunca foi, à revelia da Sudene, pois são os seus próprios técnicos que acompanham todas as ações nesse sentido. O fato de estarmos fazendo esforços para trazer mais recursos para os municípios, deveria ser encarado como algo altamente positivo.

Empresário: abono deve ser aberto
Porto Alegre — O presidente da Federação das Associações Comerciais do Rio Grande do Sul (Federsul), Cesar Rogério Valente, entende que os setores empresariais que estão defendendo a concessão de um abono salarial aos trabalhadores, devem dá-lo espontaneamente a seus empregados, desde que não o repassem para os custos, o que prejudicaria toda a sociedade.

Pacificadores, os relatores fazem texto da Carta

Os relatores adjuntos e auxiliares da Comissão de Sistematização do Congresso Constituinte, até ontem divididos em trabalhos paralelos, poderão somar esforços a partir desta semana. A iniciativa para a aproximação partiu do deputado Vivaldo Barbosa (PDT/RJ), do grupo dos auxiliares, que ontem à noite procurou para um primeiro entendimento o senador Fernando Henrique Cardoso (PMDB/SP) e o deputado Nelson Jobim (PMDB/RJ), adjuntos do relator Bernardo Cabral (PMDB/AM).

Os auxiliares, que se reuniram durante todo o dia de sábado e a manhã de ontem, começam hoje a montagem dos capítulos do anteprojeto de Constituição que deverão entregar ao relator da Comissão de Sistematização até amanhã à noite. Nessa primeira fase, detectaram 345 pontos que foram tratados por mais de uma comissão temática, muitos em conflito.

As divergências, segundo o deputado Vivaldo Barbosa, poderão permitir à Comissão de Sistematização mudar os rumos da nova Carta, até agora apontando para uma tendência conservadora, optando pelas abordagens progressistas. Para facilitar o trabalho, o deputado vai sugerir ao relator Bernardo Cabral que as disposições transitórias deixem de fazer parte da Constituição, ganhando um ato específico.

CONFLITOS
Vários conflitos foram lembrados ontem pelo deputado Vivaldo Barbosa, após a reunião dos relatores auxiliares. A reforma agrária, por exemplo, é limitada a terras improdutivas e áreas prioritárias por uma comissão e colocada de forma mais abrangente em outra, que admite a desapropriação de toda a propriedade, sem indenização prévia. "Se pode mudar o rumo das coisas, a Comissão de Sistematização po-

derá negociar, apresentando um projeto mais razoável ao plenário", ressaltou.

Com tantos conflitos, o serviço militar pode ser obrigatório ou facultativo; as usinas nucleares poderão ser proibidas no País ou permitidas apenas com aprovação, através de plebiscito, pelas comunidades interessadas; o voto poderá ser permitido ao brasileiro que tiver entre 16 e 18 anos de idade (como facultativo), ou não, e o voto do analfabeto torna-se facultativo. Há ainda dúvida quanto ao sistema: voto proporcional ou distrital misto? As duas formas estão previstas.

E os militares, serão elegíveis? Uma comissão 4 entende que somente quando tiverem 10 anos de serviço, mas outra não impõe restrições. O conflito, chega, ainda, ao polêmico Tribunal Constitucional, aceito por Comissão e rejeitado pela que preferiu manter a competência constitucional do Supremo.

A Comissão 1 admite como restrição aos direitos do cidadão o Estado de Sítio. A 4 prevê o Estado de Alarma, que poderia ser decretado pelo presidente da República e o Poder Legislativo. Por outro lado, a Comissão 4 não admite a concessão de habeas corpus por transgressão à disciplina militar e a admite. Pela Comissão 3, o Senado Federal nomearia os presidentes dos bancos Central e do Brasil. Pela 5, o presidente do BC seria nomeado por indicação do Presidente, com referendado do Congresso Nacional.

21 6 Também a eleição presidencial, polêmica sob vários aspectos, tem propostas conflitantes até mesmo quanto à data do segundo turno. Segundo a Comissão 4, seria 45 dias após a proclamação do resultado do primeiro turno. A 3 prevê sua realização 30 dias após o primeiro. E enquanto a Comissão 4 prevê a existência de um vice-presidente, a 3 não.

Até agora, ele já manteve contato com cinco agremiações que, pedindo desculpas, preferiu não revelar quais, "para não atrapalhar o ritmo dos fatos". Esta semana, ele começa uma nova rodada de conversação, devendo se encontrar, inclusive, com representantes do PDT, mais precisamente com o ex-governador Leonel Brizola.

Maciel busca acordo entre os partidos

Recife — A ideia de negociar um acordo político suprapartidário continua sendo intransigentemente defendida pelo presidente nacional do PFL, senador Marco Maciel, para quem tal tipo de iniciativa se "coaduna" com a tradição política brasileira. Ele reafirmou sua tese, ontem, na cidade de Gravatá — a 85 km desta capital — quando reuniu 11 prefeitos do interior, parlamentares de lideranças políticas — entre elas o ex-governador Roberto Magalhães e o presidente da LBA, Marcos Vinicius Villaca — do PFL para uma avaliação da estrutura partidária com vistas às eleições municipais do próximo ano.

Para o senador, o "acordo político", que ele prefere chamar "mais modestamente de entendimento", supera em vantagens qualquer tentativa de "pacto social", ideia que considera inviável para o momento atual brasileiro.

— A própria iniciativa do ministro Almir Pazzianotto, que contou com o meu apoio integral, de promover conversações com os diversos segmentos trabalhistas, não vingou justamente por isso. Um "pacto social" deixa, inevitavelmente, algum setor da sociedade excluído das negociações, o que não ocorre num entendimento político.

Além do mais, os partidos, pela sua própria representatividade, são os canais naturais do diálogo e do entendimento visando mecanismos de superação de crises — disse o senador.

— Primeiro, considero superados esses tropeços da fase inicial dos trabalhos, devido, sobretudo, à inexperiência de muitos constituintes que exercem seu primeiro mandato, depois, considero também que parte dessa confusão inicial decorreu da opção de desprezar-se qualquer documento inicial, partindo-se de pontos de vista livremente livres e oriundos de vários setores da sociedade —, disse.

Para Santos, já se esgotou também a fase de exposição, pelos constituintes, desses pontos de vista livres, através dos quais cada um deles já se justificou com seu respectivo eleito, "podendo-se agora cuidar da elaboração propriamente dita de um documento maduro e duradouro".

ABC PAULISTA
A maioria da população do ABC, região onde nasceu a CUT e o PT, não acredita que a futura Constituição atenderá aos anseios da sociedade brasileira. Não deseja um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e é favorável à fixação pela nova Constituição da possibilidade de reeleição do presidente da República.

Santos (SP) — "Não tive 7,8 milhões de votos para pendurá-los na parede, como alguns querem que eu faça. Tive esses votos para dizer alguma coisa e é exatamente o que pretendo fazer". A frase é do senador paulista Mário Covas Júnior, líder do PMDB na Assembleia Constituinte, reafirmando na noite de ontem, em Santos, que lutará na convenção extraordinária do partido, marcada para o próximo mês, para que a agremiação se defina pela realização de eleições presidenciais em novembro do ano que vem.

— Isso já está me custando caro e talvez custe mais ainda — afirmou — mas é uma convicção que não está ligada a imediatismos, mas sim a uma questão política fundamental: o objetivo do atual governo é de realizar a transição e, terminada a Constituinte, é preciso realizar eleições diretas, para complementar o processo.

— Sou uma pessoa que leva o partido a sério — prosseguiu — e me submeterei a uma decisão subterrânea, se essa for tomada pela maioria de forma democrática. Entendo assim a questão. Quem não age desse modo é melhor que deixe o partido. Vou defender os quatro

anos de mandato porque creio em meus argumentos.

O senador espera que a convenção extraordinária defina em termos concretos, a nível de atuação e das votações na Constituinte, vários pontos programáticos, de modo que o partido caminhe unido.

PAUTA

Curitiba — As alterações na pauta da convenção extraordinária do PMDB, marcada para os dias 18 e 19 de julho, não vão esvaziá-la nem diminuir o interesse dos convencionais em torno dos temas mais polêmicos. Pelo menos é o que acredita o deputado paranaense Mauricio Fruet, o principal artífice da convocação extraordinária. Ele espera que a reunião seja conclusiva e ofereça aos peemedebistas uma orientação definitiva sobre as posições a serem tomadas na Constituinte.

Ele encara a convenção como um verdadeiro divisor de águas, onde quem tem laços afetivos com o PMDB se colocará em favor do cumprimento do programa partidário, enquanto aqueles que se penduram na sigla para sobre-

viver eleitoralmente ficarão desmascarados. Apesar disso, entende que a convenção não aprofundará eventuais cisões: "Pelo contrário, ela vai unir o PMDB, definindo questões hoje contraditórias", diz Fruet. Defensor de um mandato de 4 anos para o presidente Sarney, Mauricio está convencido de que a maioria peemedebista também se definirá nesse sentido. Mas frisa que esta não é a principal discussão.

— O mais importante é que o atual governo realize uma política administrativa conforme os princípios e definições programáticas. Não se trata mais de oferecer apoio incondicional ao presidente Sarney. Esta é uma atitude superada no tempo e no espaço. Devemos, isto sim, apoiar uma proposta político-administrativa partidária.

Para ele, o PMDB vive um momento de perplexidade, principalmente porque os planos desenvolvidos pelo governo não respeitam as orientações básicas contidas no programa do partido. E cita como exemplo o Plano Bresser que, se serviu para mostrar uma perspectiva de solução para a crise econômica, não consultou o PMDB.



"PMDB quer destituir o Presidente"

Belém Criticou o senador Jarbas Passarinho (PDS-PA) a tentativa de implantação do parlamentarismo já a partir do próximo ano, afirmando, num artigo para um jornal de Belém, que "o que se quer fazer no Brasil é uma destituição branca do atual Presidente da República". Para o senador paraense, o neoparlamentarismo que se discute na Constituinte pretende transformar o Presidente em figura decorativa, "em certos casos com menos prerrogativas que a rainha da Inglaterra".

Para Passarinho, a maioria do PMDB, especialmente a esquerda do partido, não absorveu ainda o fato de José Sarney estar na Presidência da República. "Não havendo confiança no Presidente, a maioria pretende colocar, desde logo, na Constituição tudo o que lhe for possível colocar, já que se deixasse, como seria natural e lógico, a matéria para ser regulada na legislação ordinária, poderia vir a sofrer o veto presidencial". Segundo Passarinho, essa é a razão do número exagerado de artigos até agora apresentados na Constituinte.

Diretas já terá comício no dia sete

Como desdobramento do movimento nacional pelas eleições diretas em 1988, as executivas regionais de 13 entidades do DF estão programando um grande comício para o dia sete próximo, às 17 horas, em frente ao Congresso Nacional, conforme ficou decidido ontem à tarde, após reunião das entidades na sede do Sindicato dos Professores do Distrito Federal.

Participam da organização do comício, partidos como o PDT, PCB, PC do B, PSB, PT, PMDB (ala progressista), além de entidades como a CUT, Sindicato dos Professores, Sindicato dos Bancários, Nutricionistas, Rodoviários, Empregados das Empresas de Telecomunicações, Federação das Associações dos Moradores.

No Ceará, maioria quer 5 anos

O presidente do diretório regional do PMDB do Ceará, senador Mauro Benevides, admitiu que a maioria dos 30 votos da delegação do estado à convenção nacional do PMDB, marcada para os dias 18 e 19 de julho, é a favor do mandato de cinco anos para o Presidente Sarney. O governador Tasso Jereissati, que não possui nenhum voto pessoal na convenção, fez um trabalho antecipado junto à bancada federal peemedebista, no sentido de respaldar o governo Sarney e emprestar o apoio à fixação em cinco anos do seu mandato.

O ex-governador Gonzaga Mota organizou no Estado o documento em favor da convocação extraordinária da convenção do partido, que foi assinado por 11 convencionais, num total de 17 votos. Gonzaga Mota, que passou a defender diretas já para presidente, ao obter as assinaturas do documento de convocação da convenção, deixou

transparecer que todos os subscretores eram favoráveis ao mandato de quatro anos. Mas os que são pelos cinco anos, como o deputado federal Paes de Andrade, primeiro-secretário da Câmara, explicaram que assinaram o documento apenas por serem simpáticos à convocação da convenção do partido.

Mauro Benevides, que vota três vezes, por ser membro do Diretório Nacional membro da bancada federal e delegado, acredita que a tese dos cinco anos será vencedora na convenção, em função das manifestações e informações que já obteve no Congresso Nacional.

PFL CRITICA

Porto Alegre — O líder do PFL no Senado, Carlos Alberto Chiarelli, fez ontem duras críticas ao PMDB, por estar dividido internamente. Mas, ao mesmo tempo, acabou dando a entender que con-

sidera esta situação benéfica ao seu partido, ao afirmar que as divisões internas do PMDB provocam um crescimento da importância do PFL, para as definições do País.

Chiarelli acusou o PMDB de não retribuir o apoio popular obtido nas urnas, no momento em que se ocupa principalmente das suas divisões internas. Segundo o senador, "estas divisões não contribuem para a viabilização de uma democracia duradoura e, por isso, cresce a importância do PFL como fiel da balança, definindo os rumos do País". Chiarelli chegou a comentar que, se o PMDB fosse unido, não necessitaria de apoio de nenhum outro partido para elaborar e aprovar uma nova Constituição.

Quando ao PFL, disse que a nível de Estado uma das suas principais preocupações é com a ampliação das bases, especialmente com vistas às eleições municipais de 1988 e a estadual de 1990.

Fogaça: esquerda comete burrice

Porto Alegre — A esquerda estará cometendo "uma imensa burrice" na opinião do vice-líder do PMDB no Senado, José Fogaça, se tentar impor teses radicais na Constituinte, apenas com a finalidade de marcar posição. "Isolado, explicou, o centro fará alianças com a direita e o resul-

tado será uma Constituição muito mais retrógrada que a em vigor atualmente.

Fogaça chamou a atenção para sua advertência vale não apenas para a esquerda do PMDB como também para os outros partidos. Mas ressaltou que se a esquerda peemedebista se dispuser a bus-

car o apoio dos chamados moderados do partido, outros setores avançados a acompanharão, sob pena de ficarem no isolamento absoluto. Assim, conforme o senador, se conseguirá uma Constituição de centro-esquerda, realmente representativa da média do País.

Constituição refletirá a sociedade, diz Agripino

Natal — "A Assembleia Nacional Constituinte não será conservadora, não. O que existe hoje dentro do Congresso Nacional é um corte vertical da sociedade brasileira com os integrantes de todas as tendências, que vão da extrema esquerda à extrema direita. No entanto, posso assegurar que os moderados são maioria na Constituinte e vai se produzir uma carta progressista e acima de tudo exequível".

A afirmação é do senador José Agripino Maia (PFL-RN), que veio a Natal participar de reunião com prefeitos municipais de seu partido a fim de discutir problemas que estão sendo enfrentados na aplicação do programa de emergência elaborado pelo governo do estado.

Disse o senador potiguar que a nova Constituição não pode ser feita de forma tão progressista que não seja exequível, porque o Estado ou a Nação não tem meios e nem recursos para serem aplicados. Segundo ele, os constituintes estão, na sua esmagadora maioria, conscientes de que mais importantes do que fazer uma Constituição que seja progressista ou retrógrada, é até mesmo centrada, é produzir uma Carta Magna para o País que diga respeito à atual realidade

de do povo brasileiro e que tenha uma visão do futuro.

MINISTRO
O ministro da Saúde, Roberto Santos, não crê de forma alguma no perigo de que a futura Constituição brasileira venha a representar um retrocesso em relação à atual ou à Carta de 1946. Ele acha que o documento de agora expressará a vontade da maioria da sociedade brasileira e explica por quê:

— Primeiro, considero superados esses tropeços da fase inicial dos trabalhos, devido, sobretudo, à inexperiência de muitos constituintes que exercem seu primeiro mandato, depois, considero também que parte dessa confusão inicial decorreu da opção de desprezar-se qualquer documento inicial, partindo-se de pontos de vista livremente livres e oriundos de vários setores da sociedade —, disse.

Para Santos, já se esgotou também a fase de exposição, pelos constituintes, desses pontos de vista livres, através dos quais cada um deles já se justificou com seu respectivo eleito, "podendo-se agora cuidar da elaboração propriamente dita de um documento maduro e duradouro".

do ABC, região onde nasceu a CUT e o PT, não acredita que a futura Constituição atenderá aos anseios da sociedade brasileira. Não deseja um mandato de cinco anos para o presidente José Sarney e é favorável à fixação pela nova Constituição da possibilidade de reeleição do presidente da República.

Pesquisa de amostragem probabilística feita pelo Instituto Municipal de Ensino Superior de São Caetano do Sul, através de seu instituto de pesquisa, revelou que 62,5 por cento da população não acreditam na nova Constituição como forma de equacionar os problemas do País. As justificativas mais apresentadas para o descrédito mostram que a população se ressentiu do distanciamento entre os seus interesses e o da classe política: 26,6 por cento dos entrevistados responderam que prevalecerá o interesse dos próprios constituintes dos grupos financeiros ou partidários, enquanto 23,3 por cento disseram que os constituintes e o Governo não são capazes para o trabalho e são corruptos, e 19 por cento afirmaram que os constituintes não estão interessados nos problemas do povo, entre outras justificativas.